

Projeto de Lei nº. 319/2023

Estado de Rondônia
Assembleia Legislativa

06 DEZ 2023

Protocolo: 376/2023



Governo do Estado de
RONDÔNIA

LIDO, AUTUE-SE E
INCLUA EM PAUTA

06 DEZ 2023

1º Secretário

AO EXPEDIENTE
Em: 05/12/2023

Presidente

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

14h51 min

05 DEZ 2023

Elimiada Lopes
Servidor (nome legível)

GOVERNADORIA - CASA CIVIL
MENSAGEM Nº 226, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III do artigo 65 da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que “Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional e dá outras providências.”.

Senhores Deputados, tendo em vista que muitas famílias no estado de Rondônia não possuem acesso à moradia adequada, devido a fatores econômicos, sociais ou de infraestrutura, faz-se necessário a implementação de programa habitacional, o qual visa ajudar a reduzir as necessidades habitacionais da população, de forma a facilitar o acesso à moradia por pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Ademais, com o advento da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, o Direito à Moradia foi incluído no arcabouço dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal. Nesse sentido, visando a redução do déficit habitacional no âmbito do estado de Rondônia, é imperioso que o poder público promova programas voltados às políticas públicas destinadas à habitação popular e de interesse social.

Além disso, com implementação e execução de um novo programa habitacional, há a criação de novos empregos, tendo em vista a necessidade de contratação de mão de obra no setor de construção civil para a produção dos empreendimentos habitacionais, bem como, trabalhos indiretos, como nas lojas de fornecimento de materiais para construção e serviços relacionados. Dessa forma, a esteira de economia no estado de Rondônia será fomentada, havendo ganhos sociais e econômicos para a população em geral.

Cumprе ressaltar que ao promover e facilitar o acesso à moradia digna, o poder público também reduz as ocupações irregulares e precárias, visto que, muitas vezes, por falta de moradia, famílias ocupam terras de forma ilegal ou vivem em situações desumanas. Nesse sentido, será possível, ainda, a redução das desigualdades, pois, mais indivíduos passarão a dispor de imóvel para utilizar como residência, assim, o dinheiro que possivelmente é usado para pagar aluguel, poderá ser usado de outra forma, até mesmo para qualificação profissional que muitas famílias almejam e não conseguem por falta de recursos.

Por fim, é válido salientar que a criação de um programa de habitação popular e de interesse social pode atrair investimentos do setor privado e parcerias com organizações sem fins lucrativos, como organismos internacionais ou fundos privados voltados ao tema, o que pode ajudar a impulsionar a iniciativa e abranger ainda mais famílias que necessitem desta intervenção estatal.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente, à pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrivendo-me com especial estima e consideração.

Recebido em: 05/12/23
Hora: 14:00
Maíra
ASSINATURA

SÉRGIO GONÇALVES DA SILVA
Governador em exercício



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Gonçalves da Silva, Vice Governador**, em 05/12/2023, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0044116574** e o código CRC **9C4235F6**.

Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0026.006335/2023-48

SEI nº 0044116574





GOVERNADORIA - CASA CIVIL
PROJETO DE LEI DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional no âmbito do estado de Rondônia.

Art. 2º O Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional constitui-se pelas ações na área habitacional desenvolvidas pelo Governo do estado de Rondônia com o objetivo de fomentar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação ou reformas de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização para famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos nacionais.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS será o órgão responsável pela gestão, desenvolvimento e pela execução do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional, seja diretamente ou por meio de outros órgãos do poder executivo estadual com competência específica para a execução, com autorização para formalização de parcerias com as demais secretarias e órgãos da administração direta e indireta dos municípios, estados e União.

Art. 4º É assegurada, no Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional, a disponibilidade de unidades adaptáveis ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida ou idosas, de acordo com o estabelecido na legislação.

Parágrafo único. A disponibilidade de unidades adaptáveis poderá ser aumentada de acordo com a demanda.

Art. 5º Os imóveis produzidos no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional deverão dispor, obrigatoriamente, de soluções de esgoto, infraestrutura, abastecimento de água e energia elétrica, com a participação de instituições que desenvolvam especificamente estas funções, sejam elas integrantes da administração pública direta, indireta ou, ainda, da iniciativa privada.

Art. 6º É de responsabilidade da SEAS firmar parcerias com o intuito de promover a comercialização e a alienação de unidades habitacionais no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional.

Art. 7º Observada a disponibilidade orçamentária e financeira, o Estado de Rondônia, por intermédio do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional, poderá:

I - conceder subvenção ao beneficiário final, até o montante consignado na Lei Orçamentária Anual - LOA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e no Plano Plurianual - PPA ou mediante suplementação orçamentária, quando for o caso;

II - viabilizar a realização de serviços de infraestrutura que reduzam o custo de produção de unidades habitacionais e o valor a ser pago pelas famílias beneficiadas;

III - viabilizar a compra ou o financiamento para aquisição de áreas;

IV - caucionar os financiamentos do agente financeiro, quando for o caso;

V - oferecer garantias para captação de recursos privados e outras linhas de financiamento existentes;

VI - firmar parcerias para adesão de programas do governo federal destinados à habitação popular e de interesse social; e

VII - viabilizar a captação de recursos e financiamentos oriundos da iniciativa privada, do governo federal ou de organismos internacionais que atuem na área de habitação popular e de interesse social.

Art. 8º Os incentivos, apoios, subsídios, subvenções a que se refere esta Lei poderão ser cumulativos com outros subsídios concedidos ou associados a recursos onerosos, inclusive, os do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 9º Caberá à SEAS, diante da necessidade, desenvolver novos programas, ações e modalidades de sistemas construtivos, inclusive em regime de mutirão e autogestão, tendo por objetivo atender às demandas habitacionais do Estado, mediante regulamento próprio, dotado da devida publicidade, podendo se valer de parcerias com o setor público, com os entes federados, com o setor privado, governos e instituições internacionais, além de entidades da sociedade civil organizada que promovam a produção de habitações populares e de interesse social.

Art. 10. Os projetos e ações em andamento voltadas à moradia, iniciados no âmbito de programas anteriores, passarão a integrar o Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional, que absorverá todas as obrigações previamente firmadas e inerentes aos mesmos.

Art. 11. O Chefe do Poder Executivo Estadual regulamentará esta Lei mediante Decreto, no que couber, e definirá outras regras do programa e suas formas de execução.

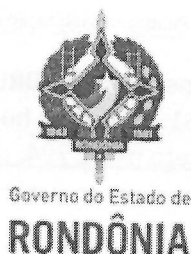
Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de janeiro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Gonçalves da Silva, Vice Governador**, em 05/12/2023, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0044115093** e o código CRC **8688186D**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS

Ofício nº 6505/2023/SEAS-COHAB

A Sua Excelência o Senhor

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JUNIOR

Secretário-Chefe da Casa Civil

Av. Farquar, nº 2986 - Bairro: Pedrinhas

CEP: 76.801-470 – Porto Velho/RO

Nesta.

Assunto: **Minuta de Lei e Mensagem ao Poder Legislativo Estadual.**

Senhor Secretário-Chefe,

Apraz cumprimentá - lo, cordialmente, com vistas à criação de Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional no âmbito do Estado de Rondônia, sirvo - me do presente para submeter Minuta de Projeto de Lei (0043202347) e respectiva Minuta de Mensagem (0043202359), para que sejam procedidas as análises pertinentes e, estando de acordo, o posterior envio à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Importante salientar que os recursos para o programa, objeto desse projeto de lei, estão disposto na PPA 2024-2027 e serão provenientes da ação "Promover o Acesso e/ou Melhoria da Habitação Popular e de Interesse Social", sendo a fonte: 1.500.0.00001 e dotação orçamentária: 23.001.08.482.2175.4069.

Ademais, sendo o que tinha a requestar, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Para mais, disponibilizo o e-mail e telefone para contato e demais informações:

E-mail: ghab.seas@gmail.com;

Telefone: (69) 98482-9988.

Respeitosamente,

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO

Diretor Técnico de Políticas Públicas - SEAS

[assinatura eletrônica]



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO, Diretor(a)**, em 09/11/2023, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0043202588** e o código CRC **9DBF8588**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0026.006335/2023-48

SEI nº 0043202588





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO FINANCEIRA

Processo nº.	Cód. U.O.	Unidade Gestora	
0026.006335/2023-48	23.001	Gerência de Planejamento e Orçamento	
Programa de Trabalho	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	Valor R\$
2175	1.500.0.00001	3390.14	R\$ 101.193,00
		3390.30	R\$ 11.018,00
		3390.32	R\$ 68.632,00
		3390.33	R\$ 38.000,00
		3390.39	R\$ 50.000,00
			R\$
		4420.42	94.500.000,00
		4490.52	R\$ 30.629,00
			R\$
Total da Despesa			94.799.472,00

Discriminação da Despesa

Declaramos para os fins previstos no inciso II, do art. 16 da Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, quando a necessidade de criação de Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional no âmbito do Estado de Rondônia, previsto no anexo II da Lei complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, no tocante as despesas prévias considerando os dois próximos exercícios, de acordo com o disposto inciso I do Art. 16 da LRF. A despesa discriminada tem adequação orçamentária com o Projeto Lei Orçamentária Anual - LOA, em conformidade com o Projeto de Lei do Plano Plurianual de 2024-2027, conforme a seguinte funcional programática: 23.001.08.482.2175.4069.

Outrossim, a disponibilidade dos respectivos valores estão condicionados a aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2024, como também do Plano Plurianual - PPA 2024-2027.

Porto Velho, 13 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA**, Diretor, em 14/11/2023, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0043491378** e o código CRC **2019AFA3**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO FINANCEIRA

Processo nº	Programa de Trabalho	Recursos	Pontos de	Unidade Gestora	Valor R\$
0026.006335/2023-48	1172	1.500.000,00	23.001	Secretaria de Estado de Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS	R\$ 107.193,00
					R\$ 11.018,00
					R\$ 68.632,00
					R\$ 38.000,00
					R\$ 20.000,00
					R\$
					R\$ 300.000,00
					R\$ 30.629,00
					R\$
					R\$ 798.472,00

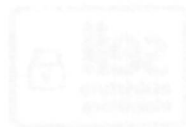
Discriminação da Despesa

Declaramos que os recursos previstos no inciso II, do art. 16 da Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, quando a necessidade de criação de Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional no âmbito do Estado de Rondônia, previsto no anexo II da Lei complementar nº 922, de 30 de dezembro de 2017, no tocante as despesas previstas considerando os dois primeiros exercícios, de acordo com o disposto no inciso I do Art. 16 da LRF. A despesa discriminada tem adequação orçamentária com o Projeto Lei Orçamentária Anual - LOA, em conformidade com o Projeto de Lei do Plano Plurianual de 2024-2027, conforme a seguinte funcional programática: 23.001.08.482.2178.4069.

Outros, a disponibilidade dos respectivos valores estão condicionados a aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2024, bem como também do Plano Plurianual - PPA 2024-2027.

Ponte Velho, 13 de novembro de 2023

Documento assinado eletronicamente por ANDERSON NÉCIO THOD DA SILVA, Diretor, em 14/11/2023, às 10:18, conforme hash oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18, caput e parágrafo 1º e 2º, do Decreto nº 11.738, de 24 de Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site se.gov.br, informando o código verificador 0043491378 e o código CRC 10194242.





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS

PLANILHA

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO

TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
<input type="checkbox"/> Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental (Art. 16)
<input type="checkbox"/> Despesa Obrigatória de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Normativo com execução superior a dois exercícios (Art. 17)
DESCRIÇÃO: Concessão de subvenções econômicas destinadas aos beneficiários do programa, em contratos de aquisição de bem imóvel, junto à instituição financeira habilitada, através de convênio firmado com o Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, com o intuito de viabilizar o acesso à moradia digna a população que preencher os requisitos de enquadramento do benefício.

CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA		
QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
01	Subvenção econômica para construção de 3.150 Unidades habitacionais em 2024, sendo o subsídio estadual no valor de R\$ 30.000,00 a unidade.	R\$ 94.500.000,00
01	Subvenção econômica para construção de 3.900 Unidades habitacionais em 2025, sendo o subsídio estadual no valor de R\$ 30.000,00 a unidade.	R\$ 117.000.000,00
01	Subvenção econômica para construção de 2.600 Unidades habitacionais em 2026, sendo o subsídio estadual no valor de R\$ 30.000,00 a unidade.	R\$ 78.000.000,00
VALOR TOTAL (R\$)		R\$ 289.670.353,00

PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO

<input type="checkbox"/>	FONTE DE RECUSOS
--------------------------	------------------

MÊS	VALOR (R\$)			TESOURO: R\$ 289.670.353,00
	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2026	
JANEIRO	R\$ 94.500.000,00	R\$ 117.164.716,00	R\$ 78.005.637,00	FUNDO: CONVÊNIO: OPERAÇÃO DE CRÉDITO: OUTRA FONTE:
FEVEREIRO	-	-	-	
MARÇO	-	-	-	
ABRIL	-	-	-	
MAIO	-	-	-	
JUNHO	-	-	-	
JULHO	-	-	-	
AGOSTO	-	-	-	
SETEMBRO	-	-	-	
OUTUBRO	-	-	-	
NOVEMBRO	-	-	-	
DEZEMBRO	-	-	-	
VALOR TOTAL:	R\$ 94.500.000,00 (noventa e quatro milhões quinhentos mil reais)	117.164.716,00 (cento e dezessete milhões, cento e sessenta e quatro mil setecentos e dezesesseis reais)	R\$ 78.005.637,00 (setenta e oito milhões, cinco mil seiscentos e trinta e sete reais)	

**COMPENSAÇÃO DE EFEITOS FINANCEIROS/ÍNDICE DE PESSOAL
- CRIAÇÃO OU AUMENTO DE DESPESA -**

- ☐ Informo que existe previsão na LOA para a despesa criada/aumentada.
- ☐ à compensação dos efeitos financeiros da despesa criada/aumentada mediante redução da despesa prevista na LOA ou
- ☐ aumento da receita conforme demonstrado em anexo ou
- ☐ utilização de recurso decorrente de superávit/saldo financeiro ou
- ☐ ao aumento da despesa de pessoal relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 a 22 e inciso II do §1º do art. 59 da LRF.



DUAN DE ANDRADE BELO

Assessor da Gerência de Habitação

Matrícula: 300169865

DAGLIANY SANTOS SCHINEIDER

Gerente de Planejamento e Orçamento

Matrícula: 300130688

ACLÉCIA SUELY PAZ GOMES LISBOA



BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO

Diretor Técnico de Políticas Públicas

Matrícula: 300130555



Documento assinado eletronicamente por **Aclecia Suely Paz Gomes Lisboa, Coordenador**, em 14/11/2023, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Duan de Andrade Belo, Assessor(a)**, em 14/11/2023, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Daglliany Santos Schneider, Gerente**, em 14/11/2023, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO, Diretor(a)**, em 14/11/2023, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0043525110** e o código CRC **9F9869F9**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

ANÁLISE TÉCNICA

Análise Técnica nº 15/2023/SEPOG-GPG

Porto Velho, data e hora na assinatura eletrônica.

Para: **Coordenadoria de Planejamento Governamental da SEPOG.**

Processo: **0026.006335/2023-48**

Assunto: **Criação do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional**

Senhora Coordenadora,

A par dos cumprimentos de costumes, submetemos a Vossa Senhoria o Informação solicitada, em atenção ao Despacho SEPOG-GAB (0043587383). Passamos a informar:

1. DO ESCOPO:

1.1. A análise e manifestação será com base nas informações prestadas nos autos pela Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, sobretudo no que diz respeito ao conteúdo da Minuta de Projeto de Lei Complementar (0043202347) que Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional e dá outras providências.

2. DA LEGISLAÇÃO:

2.1. Considerando que o processo versa sobre aumento de despesa no âmbito do Poder Executivo, deve-se cumprir às determinações da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual no seu art. 16 e seguintes, elenca providências a serem adotadas para o caso de aumento de despesas, dentre elas, destaca-se:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)

I - estimativa do impacto orçamentário - financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Vide ADI 6357)

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Art. 21. É nulo de pleno direito: (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal



contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 1º As restrições de que tratam os incisos II, III e IV: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - aplicam-se somente aos titulares ocupantes de cargo eletivo dos Poderes referidos no art. 20. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público aqueles referidos no § 1º do art. 169 da Constituição Federal ou aqueles que, de qualquer modo, acarretem a criação ou o aumento de despesa obrigatória. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

3. DO EXAME PROCESSUAL:

3.1. O processo em questão refere-se à criação do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional conforme art. 1º da Minuta de Projeto de Lei (0043202347), conforme *in verbis*:

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional no âmbito do Estado de Rondônia.

3.2. Após leitura da presente Minuta, depreende-se que haverá impacto orçamentário consoante o art 7º:

Art. 7º **Observada a disponibilidade orçamentária e financeira**, o Estado de Rondônia, através do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional, poderá:

I - conceder subvenção ao beneficiário final, até o montante consignado na Lei Orçamentária Anual – LOA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e no Plano Plurianual – PPA ou mediante suplementação orçamentária, quando for o caso;

II - viabilizar a realização de serviços de infraestrutura que reduzam o custo de produção de unidades habitacionais e o valor a ser pago pelas famílias beneficiadas;

III - viabilizar a compra ou o financiamento para aquisição de áreas;

IV - caucionar os financiamentos do agente financeiro, quando for o caso;

V - oferecer garantias para captação de recursos privados e outras linhas de financiamento existentes;

VI – firmar parcerias para adesão de programas do governo federal destinados à habitação popular e de interesse social; e

VII – viabilizar a captação de recursos e financiamentos oriundos da iniciativa privada, do governo federal ou de organismos internacionais que atuem na área de habitação popular e de interesse social. **(GRIFOS NOSSOS)**

3.3. Nesse interm, a SEAS anexou a estimativa de impacto (0043525110) para o ano de 2024 e os dois subsequentes, senão vejamos:

3.4.

CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA		
QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
01	Subvenção econômica para construção de 3.150 Unidades habitacionais em 2024, sendo o subsídio estadual no valor de R\$ 30.000,00 a unidade.	R\$ 94.500.000,00
01	Subvenção econômica para construção de 3.900 Unidades habitacionais em 2025, sendo o subsídio estadual no valor de R\$ 30.000,00 a unidade.	R\$ 117.000.000,00
01	Subvenção econômica para construção de 2.600 Unidades habitacionais em 2026, sendo o subsídio estadual no valor de R\$ 30.000,00 a unidade.	R\$ 78.000.000,00
VALOR TOTAL (R\$)		R\$ 289.670.353,00

3.5. Em consulta ao Sistema de Planejamento Governamental - SIPLAG a Unidade Gestora fixou estas despesas na LOA 2024 no programa 2175 PROGRAMA HABITACIONAL, ação 4069 - PROMOVER O ACESSO E/OU MELHORIA DA HABITAÇÃO POPULAR E DE INTERESSE SOCIAL, vejamos:

2024	2025	2026	2027
R\$ 94.530.629,00	R\$ 117.164.716,00	R\$ 78.005.637,00	R\$ 10.505.927,00
R\$ 188.460,00	R\$ 220.306,00	R\$ 253.724,00	R\$ 292.188,00
R\$ 94.719.089,00	R\$ 117.385.022,00	R\$ 78.259.361,00	R\$ 10.798.115,00
R\$ 100.110.167,00	R\$ 122.778.475,00	R\$ 83.652.814,00	R\$ 16.191.568,00

3.6. Assim, considerando que a arrecadação da fonte do Tesouro se comportará com a previsão para o ano de 2024 bem como a distribuição do teto orçamentário, a unidade SEAS tem orçamento para fazer frente a esta Política Pública.

4. DA ANÁLISE TÉCNICA:

4.1. Inicialmente, é de suma importância ressaltar que a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, dentro da esfera de sua competência, emite sua posição em conformidade com o artigo 118 da Lei Complementar número 965/2017, o artigo 23 do Decreto 25.773/2021 e o Capítulo IV da Lei Complementar número 101/2000.

4.2. Cumpre destacar que os atos que não levarem em consideração os artigos 16, 17 e 18 da Lei Complementar n.º 101/2000 são nulos de pleno direito, de acordo com o artigo 21 da LRF.

- 4.3. Aspectos quanto à legalidade formal e material devem ser analisados pela Procuradoria do Estado.
- 4.4. Levando em conta os documentos constantes nos autos, até a presente data, bem como a Legislação do item 2 deste documento, trazemos as seguintes observações:
- 4.5. **Consta** Minuta de Projeto de Lei Complementar (0043202347).
- 4.6. **Consta** estimativa do impacto orçamentário - financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (0043525110).
- 4.7. **Consta** declaração do ordenador da despesa no entanto não foi assinada pelo ordenador. Caso haja portaria delegando essa competência para outro responsável, favor informar o número(0043491378)
5. **DA CONCLUSÃO:**
- 5.1. Com base no exposto, após análise no que tange a parte orçamentária constatamos que a declaração do ordenador (0043491378) não foi assinada pela Secretária conforme item 4.7.
- 5.2. Desse modo, sugerimos que os autos retornem para atendimento a este item, no mais não encontra-se óbice orçamentário para prosseguimento do pleito.
- 5.3. Informamos, ainda, que é responsabilidade do Ordenador de Despesas garantir o cumprimento das medidas de controle estabelecidas desde a promulgação da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Essas medidas, combinadas com as diretrizes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, visam alcançar o equilíbrio fiscal desejado. O Ordenador de Despesas deve assegurar a execução adequada das despesas e o eficaz controle dos gastos públicos. Portanto, antes de autorizar qualquer despesa, é imperativo que o Ordenador de Despesas verifique se ela está em conformidade com os programas de trabalho estabelecidos no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no plano interno de previsão de despesas do órgão, a fim de evitar a ultrapassagem da dotação orçamentária.
- 5.4. Por fim, é importante destacar que a análise apresentada se baseia nas informações disponíveis nos documentos até a presente data e que a responsabilidade pelo cálculo orçamentário-financeiro apresentado cabe inteiramente à unidade demandante, uma vez que não é possível avaliar se todas as verbas e auxílios que possam ser recebidos foram devidamente considerados e terão impacto na promoção.
- 5.5. Sendo o que temos a informar para o momento, submetemos a informação para deliberação superior.
- 5.6. É a informação, s.m.j., que submetemos à deliberação.

Respeitosamente,

LILIANE DA SILVA SOUSA

Analista em Planejamento e Finanças

EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA

Analista em Planejamento e Finanças

Gerente de Planejamento Governamental da SEPOG



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Gerente**, em 21/11/2023, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **liliane da silva sousa cseke, Analista**, em 21/11/2023, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0043656810** e o código CRC **7E20942D**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Ofício nº 5817/2023/SEPOG-CPG

A Sua Excelência a Senhora

ELLEN REIS ARAÚJO

Diretora-Técnica Legislativa - DITEL/RO

Palácio Rio Madeira - Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas

CEP 76.801-470 - Porto Velho, RO

Assunto: Criação do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional

Referência: Despacho CASACIVIL-DITELGAB (0043584607)

Senhoras,

Considerando o saneamento do apontado item 5.1. da Análise Técnica 15/2023/SEPOG-GPG (0043656810) não há óbice de ordem orçamentária, estando o processo apto a seguimento do pleito, nestes termos, restituímos os autos para análise e deliberação que julgar necessárias.

Por fim, destacamos que é responsabilidade do ordenador de despesas zelar pelas medidas de controle previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que combinada às premissas da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, devendo primar pela correta execução das despesas, efetivo controle dos gastos públicos e o equilíbrio fiscal.

No mais, a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG permanece à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 29/11/2023, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0043968922** e o código CRC **48945A8F**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Ofício nº 581/2023/SEPOG-CPG

A Sua Excelência a Senhora
ELLEN REIS ALMEIDA
Diretora-Técnica Legislativa - DITEL/RO
Palácio Rio Madeira - Av. Fátima, 2886 - Bairro Pedrinhas
CEP 76.801-470 - Porto Velho, RO

Assunto: Chamada do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional
Referência: Despacho CASAC/VI-DITEL/RO (004354507)

Senhoras,

Considerando o saneamento do apontado item 1.1. da Análise Técnica 12/2023/SEPOG-CPG (004354507) não há óbice de ordem orçamentária, estando o processo apto a seguimento do pleito, neste termos, restituímos os autos para análise e deliberação que julgar necessárias.

Por fim, destacamos que é responsabilidade do ordenador de despesas zelar pelas medidas de controle previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que condiciona às premissas da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, devendo tomar para correção exaustiva das despesas, efetivo controle das gastos públicos e o equilíbrio fiscal.

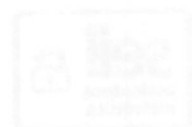
No mais, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG permanece à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

SECRETÁRIA BÁSILIO WENDERS

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Documento assinado eletronicamente por BÁSILIO WENDERS, Secretário(a), em 28/11/2023, às 13:21, conforme portaria oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, da Lei nº 21.794, de 2 de abril de 2012.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal.sei.rondonia.ro.gov.br, informando o código de verificação 004354507 e o código CRC 48442A5F.





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria Geral do Estado junto à Casa Civil - PGE-CASACIVIL



Parecer nº 321/2023/PGE-CASACIVIL

Referência de Minuta: Projeto de Lei (id. 0043579336)

1. **RELATÓRIO**

- 1.1. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, com consulta formulada à Procuradoria Geral do Estado, objetivando a apreciação de constitucionalidade do projeto de lei constante na minuta de id. 0043579336.
- 1.2. A proposta em comento possui a seguinte ementa: *"dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional e dá outras providências."*
- 1.3. É o breve e necessário relatório.

2. **LEGITIMAÇÃO DA ATUAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO NO PRESENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

- 2.1. Dispõe a Constituição Federal que aos Procuradores do Estado incumbe a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, circunstâncias estas inseridas no art. 132.
- 2.2. No âmbito estadual, a Constituição do Estado de Rondônia prevê no art. 104: *"a Procuradoria-Geral do Estado é a instituição que representa o Estado, judicial e extrajudicialmente cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo"*.
- 2.3. Seguindo esta linha, a Lei Complementar nº 620, de 11 de junho de 2011, prevê as competências da Procuradoria Geral do Estado que corroboram com as disposições da Constituição Estadual.
- 2.4. Portanto, resta inequivocamente caracterizada a competência constitucional e legal exclusiva da Procuradoria Geral do Estado para o exercício da função consultiva no presente feito, com exclusão da eventual competência de qualquer outro agente público, observado o disposto no art. 11, inciso V e § 2º da lei supracitada.
- 2.5. Por ocasião da análise da Procuradoria Geral, necessário observar os limites das regras constitucionais do processo legislativo, com ênfase à inconstitucionalidade formal ou material, se houver.
- 2.6. Nesse contexto, de forma simplista, impõe-se destacar que, na hipótese de o conteúdo da norma ser contrário ao disposto na Constituição, restará caracterizada a inconstitucionalidade material.
- 2.7. Haverá inconstitucionalidade formal se houver violação da regra constitucional quanto ao ente competente para a produção da norma, isto é, se decorrente de invasão da competência legislativa constitucionalmente outorgada a outro ente, incorrendo em inconstitucionalidade formal orgânica.
- 2.8. Mais precisamente, em caso de inobservância das regras constitucionais do processo legislativo, se este for inaugurado por autoridade diversa daquela legitimada pela Constituição, restará configurada a inconstitucionalidade formal subjetiva, remanescendo à inconstitucionalidade formal objetiva as demais hipóteses de descumprimento ao processo legislativo constitucional.
- 2.9. Ao Chefe do Executivo, por sua vez, cabe, privativamente, a competência de vetar total ou parcialmente projetos apreciados pelo Poder Legislativo, exercendo o veto político quando concluir pela incompatibilidade com o interesse público, e exercendo o veto jurídico quando concluir pela incompatibilidade formal ou material com a Constituição.
- 2.10. Compete destacar que esta Procuradoria não faz análise do mérito, contudo, os atos normativos devem ser motivados, cabendo a esta unidade orientar quanto a antijuridicidade das leis. Ato contínuo, a análise se perfectibiliza a partir da compatibilidade com outras normas vigentes no âmbito estadual e federal.
- 2.11. Desse modo, em razão da vigência da Portaria nº 41 de 14 de janeiro de 2022, que por meio do art. 5º, promoveu a instalação das procuradorias setoriais, e, ainda, somada a previsão do art. 23 da Lei Complementar nº 620/2020, tem-se que a competência para o exercício das funções previstas no art. 29 da referida lei, pertence a esta Procuradoria Setorial, razão pela qual, passa-se a análise da constitucionalidade do projeto de lei, servindo de subsídio ao controle de constitucionalidade preventivo realizado pelo Chefe do Poder Executivo estadual.

3. **DO EXAME DOS ASPECTOS FORMAIS**

- 3.1. Inicialmente, destaca-se o princípio constitucional da separação dos Poderes, tanto a Constituição Federal (art. 2º) quanto a Constituição do Estado de Rondônia (art. 7º), respectivamente.
- 3.2. Veja-se que a disciplina constitucional tem por objetivo prevenir a usurpação da competência de um Poder pelo outro, de modo que suas competências estão previstas na Constituição Federal e na Constituição Estadual.
- 3.3. Somado a isso, a Constituição Federal prevê a iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, da CF), além de dispor sobre as suas atribuições que lhe são próprias (art. 84, da CF).
- 3.4. Destaca-se que, as hipóteses acima, em razão do princípio da simetria e da separação de Poderes, devem ser observadas no âmbito estadual, distrital e municipal, logo, tais matérias deverão ser iniciadas pelos Chefes do Executivo.
- 3.5. Em âmbito estadual, as matérias que são de iniciativa ou competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo estão determinadas nos arts. 39 e 65 da Constituição do Estado de Rondônia, a destacar, no presente caso, as alíneas "a", "b" e "d" do inciso II, do §1º do art. 39 c/c incisos VII e XVIII do art. 65, todos

da Constituição do Estado de Rondônia, senão vejamos:

Art. 39. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

[...]

II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

[...]

- d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo

[...]

Art. 65 - Compete privativamente ao Governador do Estado:

[...]

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei;

[...]

XVIII - exercer a titularidade da iniciativa das leis previstas no art. 39, § 1º, desta Constituição;

3.6. No caso concreto, a minuta analisada trata da instituição do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional, que visa de fomentar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação ou reformas de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização para famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos nacionais.

3.7. Trata-se, portanto, de norma sobre habitação e moradia, motivo pelo qual aplica-se ao presente caso a previsão do inciso IX do art. 23 da Constituição Federal, nos seguintes termos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

3.8. A Constituição do Estado de Rondônia também aborda o tema, conforme se extrai do inciso XVIII do art. 8º, *in verbis*:

Art. 8º Ao Estado compete exercer, em seu território, todos os poderes que, implícita ou explicitamente, não lhe sejam vedados pela Constituição Federal, especialmente:

[...]

XVIII - promover os programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, tanto no meio urbano quanto na zona rural, diretamente ou em convênio com as Prefeituras;

3.9. A CE também definiu a habitação popular como um serviço público em seu art. 15, Parágrafo único:

Art. 15. Os serviços públicos em geral, no interesse da coletividade e necessários à melhoria das condições de vida da população, serão disciplinados na forma da Constituição e executados pelo Estado e pelos Municípios.

Parágrafo único. Para os fins dispostos neste artigo serão considerados serviços públicos sob a administração estadual e com estruturas administrativas próprias: estradas, serviços de navegação, documentação e arquivo, energia elétrica, habitação popular, transporte coletivo e saneamento básico.

3.10. Além disso, a habitação faz parte da Política Urbana, conforme SEÇÃO II, do Título VI que trata da Ordem Econômica e Social na Constituição Estadual:

Art. 159. Para consecução dos objetivos de que trata esta Seção, poderá ser adotado o sistema de cooperativismo, especialmente para as áreas de crédito, abastecimento, saneamento, habitação, educação e transporte.

3.11. De se verificar ainda, a competência legalmente estabelecida à SEAS para formulação do programa pretendido, nos limites da previsão do inciso IX do art. 159 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, a seguir colacionado:

Art. 159. À Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, Órgão Central do Sistema Operacional de Desenvolvimento Social e Proteção, compete formular, executar e supervisionar a política de assistência social, desenvolvimento humano e combate à pobreza, em âmbito Estadual, competindo-lhe ainda as seguintes atribuições:

IX - promover, em parceria com os diversos Órgãos da Administração Pública e da Sociedade Civil Organizada, a humanização das áreas periféricas dos grandes centros urbanos do Estado, por meio do planejamento e da execução de programas de infraestrutura física e social e de acesso à melhoria das condições da qualidade de vida e habitabilidade;

3.12. Nesse aspecto, considerando a iniciativa do Chefe do Poder Executivo, a proposta encontra-se em consonância com o regular exercício da competência prevista nas alíneas "a", "b" e "d" do inciso II, do §1º do art. 39 c/c incisos VII e XVIII do art. 65, todos da Constituição do Estado de Rondônia, além do incisos IX do art. 159 da LC nº 965/2017, restando configurada a **higidez formal** da proposta.

4. DO EXAME DOS ASPECTOS MATERIAIS

4.1. Consoante explanado no tópico anterior, restará caracterizada a inconstitucionalidade material, quando o conteúdo da norma afrontar qualquer preceito ou princípio da Lei Maior e/ou Constituição Estadual, podendo ainda igualmente verificar-se quando houver desvio de poder ou excesso de poder legislativo.

4.2. Note-se que, como já dito, a minuta do projeto de lei propõe a instituição do Programa de Desenvolvimento Habitacional em âmbito estadual. Tal como se verifica da minuta de mensagem 0043202359, a proposta visa

(...) a redução do Déficit Habitacional no âmbito do Estado de Rondônia, é imperioso que o poder público promova programas voltados às políticas públicas destinadas a habitação popular e de interesse social.

Muitas famílias no Estado de Rondônia não possuem acesso à moradias adequadas, devido a fatores econômicos, sociais ou de infraestrutura. A implementação de programa habitacional, conforme mencionado em linhas pretéritas, pode ajudar a reduzir as necessidades habitacionais da população, de forma a facilitar o acesso à moradias por pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, com implementação e execução de um novo programa habitacional, há a criação de novos empregos, tendo em vista a necessidade de contratação de mão de obra no setor de construção civil para a produção dos empreendimentos habitacionais, bem como, trabalhos indiretos, como nas lojas de fornecimento de materiais para construção e serviços relacionados. Desta forma, a esteira de economia no Estado de Rondônia será fomentada, havendo ganhos sociais e econômicos para a população em geral.

Cumprido ressaltar que, ao promover e facilitar o acesso à moradia digna, o poder público, também, reduz as ocupações irregulares e precárias, visto que, muitas vezes, por falta de moradia, famílias ocupam terras de forma ilegal ou vivem em situações desumanas. Neste sentido, será possível, ainda, a redução das desigualdades, pois, mais indivíduos passarão a dispor de imóvel para utilizar como residência.

Vale salientar que a criação de um programa de habitação popular e de interesse social pode atrair investimentos do setor privado e parcerias com organizações sem fins lucrativos, como organismos internacionais ou fundos privados voltados ao tema, o que pode ajudar a impulsionar a iniciativa e abranger ainda mais famílias que necessitem desta intervenção estatal.

4.3. O intuito da proposta se coaduna com a previsão constitucional que trata da dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, dentre os quais está a moradia:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2019)

4.4. O direito à moradia digna, foi reconhecido como um direito humano em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, editou-se o Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992, por intermédio do qual houve a ratificação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, fazendo-o ingressar na Ordem Jurídica Nacional com força de norma constitucional. O referido Tratado Internacional de Direitos Humanos prevê o seguinte a respeito do direito à moradia:

"Art. 11. 1. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento".

4.5. Em âmbito federal, a Lei nº 14.620 de 13 de julho de 2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, tem por finalidade promover "o direito à cidade e à moradia de famílias residentes em áreas urbanas e rurais, associado ao desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural, à sustentabilidade, à redução de vulnerabilidades e à prevenção de riscos de desastres, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade, de segurança socioambiental e de qualidade de vida da população, conforme determinam os artigos 3º e 6º da Constituição Federal."

4.6. Nessa toada, a minuta de projeto de lei analisada pretende instituir programa em âmbito estadual, que visa promover a facilitação do acesso à moradia.

4.7. Passando-se à análise dos dispositivos da minuta de projeto de lei, verifica-se que o Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional será constituído por ações na área habitacional desenvolvidas pelo Governo do Estado de Rondônia com o objetivo de fomentar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação ou reformas de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização para famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos nacionais.

4.8. Ademais, a gestão, desenvolvimento e execução do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional ficará a cargo da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, responsável diretamente ou através de outros órgãos do poder executivo estadual com competência específica para a execução, com autorização para formalização de parcerias com as demais secretarias e órgãos da administração direta e indireta dos municípios, estados e União, conforme art. 3º da minuta em análise. A respeito da competência específica para a execução, a Lei Complementar nº 965/2017 estabelece que a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP tem competência para executar as políticas habitacionais definidas pelo Governo do Estado, vejamos:

Art. 98-A. A Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP, Órgão de natureza instrumental, que tem por finalidade promover, administrar, supervisionar e fiscalizar as obras civis e os serviços públicos do estado de Rondônia, em decorrência de desmembramento das funções do DER, além do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, competindo-lhe: (Redação dada pela Lei Complementar nº 1.118, de 22/12/2021)

(...)

VI - executar políticas habitacionais definidas pelo Governo do Estado; (Acrescido pela Lei Complementar nº 1.060, de 21/05/2020)

4.9. Especificamente quanto aos aspectos orçamentários-financeiros da proposta, certo é que consta:

a) estimativa de impacto orçamentário - financeiro, informando que a implementação do programa resultará em uma monta de R\$ 289.670.353,00 (duzentos e oitenta e nove milhões e seiscentos e setenta mil e trezentos e cinquenta e três reais), estimados para o ano de 2024: R\$ 94.500.000,00 (noventa e quatro milhões e quinhentos mil reais); para o ano de 2025: R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais) e para o ano de 2026: R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), conforme planilha de id 0043525110;

b) declaração de adequação financeira, apontando que "a despesa discriminada tem adequação orçamentária com o Projeto Lei Orçamentária Anual - LOA, em conformidade com o Projeto de Lei do Plano Plurianual de 2024-2027, conforme a seguinte funcional programática: 23.001.08.482.2175.4069. Outrossim, a disponibilidade dos respectivos valores estão condicionados a aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2024, como também do Plano Plurianual - PPA 2024-2027.", conforme 0043491378

4.10. Ademais disso, é de se pontuar que a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG se manifestou por intermédio da Análise Técnica nº 15/2023/SEPOG-GPG (id 0043656810), acerca da verificação de existência de dotação orçamentária:

DO EXAME PROCESSUAL:

O processo em questão refere-se à criação do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional conforme art. 1º da Minuta de Projeto de Lei (0043202347), conforme *in verbis*:

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional no âmbito do Estado de Rondônia.

Após leitura da presente Minuta, depreende-se que haverá impacto orçamentário consoante o art 7º:

Art. 7º Observada a disponibilidade orçamentária e financeira, o Estado de Rondônia, através do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional, poderá:



- I - conceder subvenção ao beneficiário final, até o montante consignado na Lei Orçamentária Anual – LOA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e no Plano Plurianual – PPA ou mediante suplementação orçamentária, quando for o caso;
- II - viabilizar a realização de serviços de infraestrutura que reduzam o custo de produção de unidades habitacionais e o valor a ser pago pelas famílias beneficiadas;
- III - viabilizar a compra ou o financiamento para aquisição de áreas;
- IV - caucionar os financiamentos do agente financeiro, quando for o caso;
- V - oferecer garantias para captação de recursos privados e outras linhas de financiamento existentes;
- VI – firmar parcerias para adesão de programas do governo federal destinados à habitação popular e de interesse social; e
- VII – viabilizar a captação de recursos e financiamentos oriundos da iniciativa privada, do governo federal ou de organismos internacionais que atuem na área de habitação popular e de interesse social.(GRIFOS NOSSOS)

Nesse ínterim, a SEAS anexou a estimativa de impacto (0043525110) para o ano de 2024 e os dois subsequentes, senão vejamos:

CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA		
QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
01	Subvenção econômica para construção de 3.150 Unidades habitacionais em 2024, sendo o subsídio estadual no valor de R\$ 30.000,00 a unidade.	R\$ 94.500.000,00
01	Subvenção econômica para construção de 3.900 Unidades habitacionais em 2025, sendo o subsídio estadual no valor de R\$ 30.000,00 a unidade.	R\$ 117.000.000,00
01	Subvenção econômica para construção de 2.600 Unidades habitacionais em 2026, sendo o subsídio estadual no valor de R\$ 30.000,00 a unidade.	R\$ 78.000.000,00
VALOR TOTAL (R\$)		R\$ 289.670.353,00

Em consulta ao Sistema de Planejamento Governamental - SIPLAG a Unidade Gestora fixou estas despesas na LOA 2024 no programa 2175 PROGRAMA HABITACIONAL, ação 4069 - PROMOVER O ACESSO E/OU MELHORIA DA HABITAÇÃO POPULAR E DE INTERESSE SOCIAL, vejamos:

2024	2025	2026	2027
R\$ 94.530.629,00	R\$ 117.164.716,00	R\$ 78.005.637,00	R\$ 10.505.927,00
R\$ 188.460,00	R\$ 220.306,00	R\$ 253.724,00	R\$ 292.188,00
R\$ 94.719.089,00	R\$ 117.385.022,00	R\$ 78.259.361,00	R\$ 10.798.115,00
R\$ 100.110.167,00	R\$ 122.778.475,00	R\$ 83.652.814,00	R\$ 16.191.568,00

Assim, considerando que a arrecadação da fonte do Tesouro se comportará com a previsão para o ano de 2024 bem como a distribuição do teto orçamentário, a unidade SEAS tem orçamento para fazer frente a esta Política Pública.

DA ANÁLISE TÉCNICA:

Inicialmente, é de suma importância ressaltar que a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, dentro da esfera de sua competência, emite sua posição em conformidade com o artigo 118 da Lei Complementar número 965/2017, o artigo 23 do Decreto 25.773/2021 e o Capítulo IV da Lei Complementar número 101/2000.

Cumpra destacar que os atos que não levarem em consideração os artigos 16, 17 e 18 da Lei Complementar n.º 101/2000 são nulos de pleno direito, de acordo com o artigo 21 da LRF.

Aspectos quanto à legalidade formal e material devem ser analisados pela Procuradoria do Estado.

Levando em conta os documentos constantes nos autos, até a presente data, bem como a Legislação do item 2 deste documento, trazemos as seguintes observações:

Consta Minuta de Projeto de Lei Complementar (0043202347).

Consta estimativa do impacto orçamentário - financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (0043525110).

Consta declaração do ordenador da despesa no entanto não foi assinada pelo ordenador. Caso haja portaria delegando essa competência para outro responsável, favor informar o número(0043491378)

DA CONCLUSÃO:

Com base no exposto, após análise no que tange a parte orçamentária constatamos que a declaração do ordenador (0043491378) não foi assinada pela Secretária conforme item 4.7.

Desse modo, sugerimos que os autos retornem para atendimento a este item, no mais não encontra-se óbice orçamentário para prosseguimento do pleito.

Informamos, ainda, que é responsabilidade do Ordenador de Despesas garantir o cumprimento das medidas de controle estabelecidas desde a promulgação da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Essas medidas, combinadas com as diretrizes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, visam alcançar o equilíbrio fiscal desejado. O Ordenador de Despesas deve assegurar a execução adequada das despesas e o eficaz controle dos gastos públicos. Portanto, antes de autorizar qualquer despesa, é imperativo que o Ordenador de Despesas verifique se ela está em conformidade com os programas de trabalho estabelecidos no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no plano interno de previsão de despesas do órgão, a fim de evitar a ultrapassagem da dotação orçamentária.

Por fim, é importante destacar que a análise apresentada se baseia nas informações disponíveis nos documentos até a presente data e que a responsabilidade pelo cálculo orçamentário-financeiro apresentado cabe inteiramente à unidade demandante, uma vez que não é possível avaliar se todas as verbas e auxílios que possam ser recebidos foram devidamente considerados e terão impacto na promoção.

Sendo o que temos a informar para o momento, submetemos a informação para deliberação superior.

É a informação, s.m.j., que submetemos à deliberação.

4.11. Assim, tem-se a SEPOG se manifestou pela ausência de óbice à implementação da proposta no que concerne os aspectos orçamentários, e apontou a ausência de assinatura da Secretária na Declaração do Ordenador de Despesa.

4.12. Em seguida, a SEAS encaminhou o Ofício nº 7151/2023/SEAS-GPLAN à SEPOG, pelo qual esclareceu que o servidor Anderson Melo Tinôco da Silva, Diretor Administrativo e Financeiro da SEAS, tem competência de Gestor e Ordenador de Despesa por Delegação, conforme a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021 (0043930007).

4.13. Finalmente, cabe explicitar que o mérito da proposição de instituição de programa de habitação enquadra-se dentro dos atos típicos de gestão, fugindo em absoluto da esfera de competência desta Procuradoria Geral do Estado, tratando-se de matéria sujeita a critérios de oportunidade e conveniência, tarefa essa que incumbe exclusivamente ao representante eleito pelo povo e devidamente legitimado para tanto, o Senhor Governador do Estado, como o auxílio de sua equipe de Secretários, especialmente da Secretária da SEAS por tratar de matéria no campo do desenvolvimento social.

4.14. Não cabe, portanto, a esta Procuradoria Geral do Estado se imiscuir na oportunidade e conveniência de se promover o que se sugere, que implica na efetivação de políticas públicas, verdadeiro mérito administrativo e legislativo, da alçada exclusiva do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e seus secretários. A este subscritor, cumpre apenas orientar sobre aspectos inerentes à legalidade e constitucionalidade do pretendidos.

4.15. Diante do exposto, com relação à matéria aqui tratada, certo é que não há qualquer conteúdo da minuta de projeto de lei em análise que contrarie preceito, princípio ou direitos e garantias fundamentais assegurados na Constituição Federal e Estadual, o que caracteriza a **higidez material** da proposta.

5. DA TÉCNICA LEGISLATIVA

5.1. A técnica legislativa consiste na observância das regras para a elaboração, redação e alteração das leis objetivando a clareza e precisão da espécie normativa analisada. Em atenção ao parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, estabelece às regras de técnica legislativa dos atos normativos descritos no art. 59 da Constituição Federal, bem como, no que couber, aos decretos e aos demais atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo.

5.2. Em consonância com Lei Complementar nº 95/1998, o Decreto Estadual nº 24.876, de 17 de março de 2020 estabelece às normas para encaminhamento de propostas de atos normativos, merecendo destaque o art. 3º que determina quais documentações necessárias para exame das propostas.

5.3. Dessa forma, em observância as legislações citadas, a análise dos aspectos técnicos, econômicos, financeiros, cadastrais e aqueles que exigem o exercício da competência e discricionariedade do gestor, não são abrangidos nesta análise, que se limita aos aspectos jurídicos relativos à regularidade procedimental e de conteúdo redacional da proposição.

5.4. No presente caso, não há sugestões relativas à técnica legislativa.

6. DA CONCLUSÃO.

6.1. Diante do exposto, opina a Procuradoria Geral do Estado pela **constitucionalidade** do Projeto de lei de id 0043579336, que "*dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Desenvolvimento Habitacional e dá outras providências*", estando, nesse aspecto, **apto para encaminhamento**.

6.2. Submeto o presente à apreciação superior, nos termos do art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 620, de 20 de junho de 2011, por não encontrar-se nas hipóteses de dispensa de aprovação previstas na Portaria nº 136, de 09 de fevereiro de 2021 (0016126663), bem como na Resolução nº 08/2019/PGE/RO (0017606188).

6.3. Considerando a tramitação no item anterior, a consulente deverá abster-se de inserir movimentação neste processo administrativo, aguardando a apreciação do Excelentíssimo Senhor THIAGO DINGER QUEIROZ, Procurador-Geral do Estado, ou do seu substituto legal.

GLAUBER LUCIANO COSTA GAHYVA

Procurador do Estado

Diretor da Procuradoria Setorial junto à Casa Civil

Portaria nº 373 de 13 de junho de 2023



Documento assinado eletronicamente por **GLAUBER LUCIANO COSTA GAHYVA**, Procurador do Estado, em 04/12/2023, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0044072079** e o código CRC **68B5C8B4**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE

DESPACHO

SEI Nº 0026.006335/2023-48

Origem: PGE-CASACIVIL

Vistos.

APROVO o Parecer nº 321/2023/PGE-CASACIVIL (0044072079), pelos seus próprios fundamentos.

Ante o exposto, retornem os autos à setorial origem para as providências de praxe, conforme disposição prevista no §3º do artigo 2º da Portaria PGE-GAB nº 136, de 09 de fevereiro de 2021.

Porto Velho - RO, data e horário do sistema.

THIAGO DENGHER QUEIROZ
Procurador-Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DENGHER QUEIROZ**, Procurador(a) Geral do Estado, em 05/12/2023, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0044121862** e o código CRC **CDAEAAA9**.

